

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO n.º _____, de 2020.

(Da Bancada do PSOL)

Solicita ao Ministro das Relações Exteriores, Sr. Ernesto Araújo, informações e documentos referentes a mudanças na política externa brasileira e a posicionamentos e iniciativas do Itamaraty e da Funag.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as seguintes informações e documentos do Ministro das Relações Exteriores, Sr. Ernesto Araújo, referentes a mudanças na política externa brasileira e a posicionamentos e iniciativas do Itamaraty e da Funag.

As informações devem ser prestadas de maneira clara e objetiva, sob pena de cometimento de crime de responsabilidade, nos termos do art. 50 da Constituição Federal.

1. Como este Ministério justifica a atuação do Brasil, nas sessões 41 e 44 do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), em relação a cada uma das seguintes resoluções: a) “Accelerating efforts to eliminate all forms of violence against women and girls”, b) “Elimination of all forms of discrimination against women and girls”, c) “Consequences of child, early and forced marriage” e d) “Elimination of female genital mutilation”? Solicita-se o envio de cópias dos estudo e análise que embasam a atuação deste Ministério em temas sobre violência e discriminação contra mulheres e meninas, assim como as cópias de todos os telegramas com instrução de negociação, votação e justificativa de voto em relação às referidas resoluções. Em caso de eventual sigilo a algum destes documentos, solicita-se o envio da cópia do Termo de Classificação de Informação (TCI) correspondente.
2. O Embaixador Marcos Arbizu de Souza Campos, através do Ofício nº 09054.000390/2020-19, em resposta à bancada do PSOL na Câmara dos Deputados, afirmou que o país não aderiu ao compromisso internacional de combate a informações falsas na pandemia assinado por mais de 130 países porque foi “intempestivamente informado da iniciativa” e que o “prazo exíguo entre o recebimento da informação e o final do período para adesão ao projeto inviabilizou a participação do

Brasil". Pergunta-se: quando e de que modo o país foi informado sobre a iniciativa e qual era o prazo dado para adesão? Este Ministério possui acordo com o conteúdo do texto em questão? Em caso afirmativo, o Itamaraty encaminhou um pedido de adesão tardio, ou fará algum tipo de anúncio publicizando seu endosso ou apoio ao conteúdo pactuado? Solicitam-se as cópias de todos os estudos, pareceres e telegramas diplomáticos sobre o tema e, em caso de eventual sigilo a algum destes documentos, o envio da cópia do TCI correspondente.

3. Quais as razões para que o Brasil tenha mudado seu posicionamento de quase três décadas em relação ao embargo econômico que os Estados Unidos da América (EUA) mantêm a Cuba, somando-se a Israel e os EUA na oposição à última Resolução da ONU que condenou este embargo em 7 de novembro de 2019? Houve algum tipo de comunicação com o governo estadunidense prévio a esta mudança de voto? Em caso afirmativo, especificar quando e em que termos, e enviar cópias dos telegramas diplomáticos eventualmente trocados sobre este tema entre ambos os países. Solicita-se, igualmente, o envio dos estudos e análises deste Ministério sobre os efeitos do embargo em questão, assim como as cópias de todos os telegramas com instrução de negociação, votação e justificativa de voto sobre o tema desde janeiro de 2019. Em caso de eventual sigilo a algum destes documentos, solicita-se o envio da cópia do TCI correspondente.
4. Quais as razões para que o Brasil votasse, em 19 de junho de 2020, contra a Resolução da ONU que recomenda a aplicação do Direito Internacional na questão dos assentamentos impostos por Israel em território palestino? Houve algum tipo de comunicação com o governo estadunidense e/ou israelense prévio a esta mudança de voto? Em caso afirmativo, especificar quando e em que termos, e enviar cópias dos telegramas diplomáticos eventualmente trocados sobre este tema entre o Brasil e estes países. Solicita-se, igualmente, o envio dos estudos e análises deste Ministério sobre os assentamentos israelenses e o plano de anexação da Cisjordânia por parte de Israel, assim como as cópias de todos os telegramas com instrução de negociação, votação e justificativa de voto sobre o tema desde janeiro de 2019. Em caso de eventual sigilo a algum destes documentos, solicita-se o envio da cópia do TCI correspondente.
5. Por que o Brasil não realizou nenhum pagamento ao para a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) em 2020? Solicita-se uma lista exaustiva de todas as organizações e programas internacionais que recebiam aportes brasileiros antes de 2019 para as quais o país reduziu ou cortou suas contribuições desde janeiro do ano passado, especificando-se os valores, datas e razão dos cortes em questão.

6. Em reunião ministerial no dia 22 de abril de 2020, o Ministro Ernesto Araújo afirmou estar “cada vez mais convencido de que o Brasil tem hoje as condições, tem a oportunidade de se sentar na mesa de quatro, cinco, seis países que vão definir a nova ordem mundial”¹ Pergunta-se: a quais países o Ministro fazia referência em cada uma das falas mencionadas? Quais as características da “nova ordem mundial” pós-pandemia que o Ministro menciona em sua fala?
7. Como este Ministério avalia o impacto das declarações dos filhos do presidente e do ex-ministro da Educação Abraham Weintraub em relação à China e a pandemia de Covid-19 sobre a política externa brasileira? Qual a posição oficial deste Ministério em relação à China e seu papel diante da pandemia?
8. O Itamaraty está atuando junto a estados da federação para auxiliar na solução problemas de compras de equipamentos e remédios para a Covid-19 no exterior? Em caso afirmativo, solicita-se o detalhamento dessas ações e a relação exaustiva dos estados e autoridades envolvidas, especificando-se que tipo de problema se está buscando resolver.
9. Em seu discurso de posse como Ministro das Relações Exteriores, o Sr. Ernesto Araújo referiu-se a Olavo de Carvalho como “um homem que, após o presidente Jair Bolsonaro, talvez seja o grande responsável pela imensa transformação que o Brasil está vivendo”². Pergunta-se: em que bases e em que sentido seria Olavo de Carvalho o grande responsável pela “transformação do Brasil”? O Sr. Olavo de Carvalho exerce algum papel na formulação e na execução da atual Política Externa Brasileira? Em caso afirmativo, descrever de que modo e em que termos.
10. Quais os critérios de seleção dos temas e dos conferencistas das atividades Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)? Solicita-se o envio de uma lista exaustiva de todas as atividades da FUNAG realizadas desde janeiro de 2019 até a presente data, discriminadas por tipo e data, acompanhadas de uma breve descrição dos objetivos de cada atividade, acompanhadas da relação exaustiva de todos os custos e a lista de eventuais convidados, especificando para cada um deles seus respectivos cargos, qualificações profissionais e acadêmicas.
11. Qual a avaliação deste Ministério sobre eventuais danos à sua credibilidade à credibilidade da política externa brasileira em virtude da participação em eventos da FUNAG de blogueiros bolsonaristas sob

1 <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/05/22/ernesto-araujo-diz-que-brasil-sera-um-dos-6-paises-a-definir-ordem-mundial-no-pos-pandemia.ghtml>

2 <http://funag.gov.br/index.php/pt-br/component/content/article?id=2913>

investigação do Supremo Tribunal Federal no inquérito sobre disseminação de notícias falsas ("fake news")? Este Ministério possui acordo com o conteúdo das exposições de Bernardo Kuster e Allan dos Santos? Em caso negativo, solicita-se o detalhamento do posicionamento oficial do Itamaraty evidenciando os pontos de discordância em relação às exposições dos referidos convidados.

12. Em 16 de junho houve uma conferência virtual da FUNAG com o Sr. Bertrand de Orleans e Bragança sobre o Brasil na conjuntura internacional do pós-coronavírus. Pergunta-se: este Ministério reconhece a validade do título "Sua Alteza Real e Imperial" utilizado na divulgação do evento? Houve anuência deste Ministério e da Presidência para a utilização deste título e dos logos oficiais do Itamaraty e do governo federal na divulgação do evento? Quais qualificações ou contribuições do convidado motivaram o convite a que proferisse a referida conferência?

JUSTIFICAÇÃO

Diariamente a sociedade brasileira e a comunidade internacional se veem surpreendidas com posicionamentos do Brasil junto a organismos internacionais tanto por sua forma quanto por seu conteúdo. Só nesta semana, a representação brasileira na Organização das Nações Unidas (ONU) exigiu a retirada de um trecho de uma resolução do Conselho de Direitos Humanos que versava sobre o acesso universal à educação sexual como forma de combater a violência e a discriminação contra mulheres e meninas³ e de outro que mencionava "saúde reprodutiva" em uma resolução contra mutilação genital feminina⁴.

Estes episódios se somam a uma lista extensa de investidas do país contra a proteção dos direitos de mulheres e crianças na esfera internacional, e a uma ampla relação de iniciativas vexatórias de nossa política externa. Há algumas semanas, o Brasil não assinou um pacto ao qual mais de 130 países aderiram contra a propagação de informações falsas no contexto da pandemia de Covid-19⁵; e votou contra uma resolução da ONU que recomenda a aplicação do Direito Internacional na questão dos assentamentos impostos por Israel no território palestino⁶. No ano passado, o país também alterou drasticamente sua posição em relação ao embargo econômico imposto à Cuba pelos Estados Unidos da América (EUA), votando contra

3 <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/07/brasil-e-islamicos-vetam-educacao-sexual-em-projeto-de-defesa-de-meninas.htm?cmpid=copiaecola>

4 <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-09/cruzada-ultraconservadora-do-brasil-na-onu-afeta-ate-resolucao-contra-mutilacao-genital-feminina.html>

5 <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/06/16/brasil-nao-adere-ao-compromisso-de-130-paises-contra-fake-news-na-pandemia.htm>

6 <https://www.cartacapital.com.br/mundo/brasil-vota-a-favor-de-israel-e-contra-a-palestina-na-onu/>

uma resolução que condenava a medida, acompanhado apenas por Israel e os EUA, abandonando um posicionamento de quase três décadas⁷.

Em todas estas ocasiões, os posicionamentos brasileiros aparecem como materialização do esforço empreendido por Ernesto Araújo de atacar o que chama de “globalismo”⁸ - a seu ver, um plano das esquerdas mundiais para implantar o comunismo em escala global através de organismos internacionais como a ONU. O chanceler não esconde que reconhece o astrólogo Olavo de Carvalho como um dos grandes responsáveis pelas mudanças pelas quais passa o país⁹ e sob sua gestão, a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) parece estar a serviço do pensamento olavista¹⁰, minando diariamente o prestígio do Itamaraty.

Neste contexto de afastamento da respeitada tradição diplomática brasileira, de ataques ao multilateralismo e de um aparelhamento ideológico extremo, acientífico e inconsequente das relações exteriores, urge que este Parlamento e a sociedade em geral tenham acesso às informações aqui solicitadas.

Salas das Sessões, 09 de julho de 2020

Fernanda Melchionna
Líder do PSOL

Edmilson Rodrigues
PSOL/PA

Marcelo Freixo
PSOL/RJ

Sâmia Bomfim
PSOL/SP

Áurea Carolina
PSOL/MG

David Miranda
PSOL/RJ

Glauber Braga
PSOL/RJ

7 <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/11/07/brasil-muda-posicao-historica-e-vota-contra-resolucao-que-condena-embargo-a-cuba-na-onu.ghtml>

8 <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2020/05/08/Qual-o-lugar-de-Ernesto-Araújo-na-história-da-diplomacia-brasileira>

9 <http://funag.gov.br/index.php/pt-br/component/content/article?id=2913>

10 <https://oglobo.globo.com/mundo/fundacao-de-pesquisa-do-itamaraty-vira-think-tank-olavista-durante-pandemia-24427115>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Ivan Valente
PSOL/SP

Luiza Erundina
PSOL/SP

Talíria Petrone
PSOL/RJ

